Cidadania comunicativa como estratégia para a independência: apontamentos a partir de "Jogos Vorazes" no Brasil[1]

Julherme José PIRES[2]
Alberto Efendy MALDONADO[3]
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

Resumo

Neste artigo analisamos o processo comunicativo da série transmidiática *Jogos Vorazes* no Brasil, com vistas ao conceito de cidadania comunicativa, a partir da perspectiva transmetodológica. Perpassamos pela análise técnico-estética da obra, pelas mediações e latências envolvidas no contexto brasileiro e pelas apropriações dos sujeitos comunicantes. Trazemos as questões conflitivas internacionais, geradas no clima de guerra entre modelos culturais, políticos e econômicos, e inserimos esse objeto de pesquisa no contexto da cidadania, provocando múltiplos tensionamentos. Como saída, apontamos soluções possíveis para o problema da subserviência e da autonomia dos sujeitos frente às hegemonias etnocêntricas, especialmente no que concerne à comunicação.

Palavras-chave: cidadania; processo comunicativo; independência; guerra.

Introdução

Este artigo é resultado da pesquisa de mestrado "A dimensão política do processo comunicativo: uma análise cidadã de Jogos Vorazes no Brasil", realizada no âmbito do PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos (2015-2016). Trata-se de um esforço em compreender a dimensão política de todo o processo comunicativo da série estadunidense *Jogos Vorazes* no Brasil, desde uma análise da obra, passando pela contextualização das mediações, até suas apropriações. Desse mapa resultado, é produzida uma análise a partir da cidadania comunicativa, com vistas às questões políticas que permeiam as múltiplas dimensões envolvidas. Para dar conta da complexidade desse objeto, a pesquisa se

[1] Trabalho apresentado no GP Comunicação para a cidadania, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Doutorando no curso de Ciências da Comunicação do PPGCC-Unisinos, com bolsa Capes; Mestre em Ciências da Comunicação pelo PPGCC-Unisinos; Especializado em Cinema e Realização Audiovisual e Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Unochapecó; membro dos grupos de pesquisa Processocom, Red AmLat e TCAv; e-mail: julhrme.pires@gmail.com.
[3] Doutor em Ciências da Comunicação pela USP, professor/pesquisador do PPGCC-UNISINOS. Titular da Cátedra Armand Mattelart, CIESPAL, pesquisador CNPq, investigador Prometeo CIESPAL, membro do Colégio de Brasilianistas INTERCOM, coordenador da Rede AMLAT, coordenador do grupo de pesquisa PROCESSOCOM. Consultor CAPES, CNPq, Fapergs, ALAIC, Humboldt, Universidad Complutense de Madri, Universidad Autónoma de Barcelona; e-mail: efendymaldonado@gmail.com.

apropria da vertente epistêmica da *transmetodologia*, caracterizada pela "confluência de métodos; entrelaçamento de lógicas diversas (formais, intuitivas, para-consistentes, abdutivas, experimentais e inventivas); estruturação de estratégias, modelos e propostas mistas" (MALDONADO, 2013, p. 33).

A obra *Jogos Vorazes* foi analisada a partir de suas duas principais materialidades: a trilogia literária e as quatro adaptações cinematográficas. Suas características técnicas e estéticas foram esquadrinhadas e sua *imagem* (EISENSTEIN, 1990) foi estudada, através da produção de *constelações* (BENJAMIN, 2009) experimentais. A seguir, as *mediações* (MARTÍN-BARBERO, 2009) que atravessam o processo comunicativo, assim como as *latências* (GUMBRECHT, 2010) penetrantes nos contextos cultural, social, político e econômico do Brasil e da América Latina, são invocadas para tensionar esse objeto de pesquisa. Investigamos também as produções dos *sujeitos comunicantes* (MALDONADO, 2013) diante da série, levando em conta seus aspectos identitários interseccionados (classe, cor/raça, gênero, sexualidade), as regulações e poderes fundantes (FOUCAULT, 1984).

Por fim, colocamos todo esse processo comunicativo em crise a partir dos conceitos de *cidadania* e *cidadania comunicativa*. Estendemos essa análise com vistas aos conflitos internacionais do século XXI, a relação entre Brasil e EUA (país de origem de JV), e problematizamos a questão da cidadania relacionando-a à guerra – abordagem inspirada pelo exemplo de Nguyên Giáp (1971). Essa abordagem globalizante de pesquisa nos faz notar como perdura uma relação neocolonialista e etnocêntrica entre os países, o que também nos dá pistas sobre uma extensão da Guerra Fria na atualidade, com demarcações de poder que submetem as minorias e as populações das classes sociais mais baixas à subserviência de seus padrões culturais, econômicos e estético-comunicativos. Nesse sentido, a pesquisa tentou entender como os processos e objetos comunicativos de problemas podem se tornar a solução, e a cidadania plena dos sujeitos como mira da comunicação pode ser a maior estratégia de independência.

É importante ressaltar que esse artigo apresenta problematizações e resultados científicos sintetizados, é uma demonstração prática do processo de pesquisa transmetodológica, em que a complexidade dos contextos é altamente examinada. A dissertação completa (PIRES, 2016) oferece todas as discussões propostas aqui de forma ampliada.

A série transmidiática *Jogos Vorazes*

Jogos Vorazes, no original *The Hunger Games*, é uma trilogia literária estadunidense, escrita por Suzana Collins, publicada no Brasil pela editora Rocco: *Jogos Vorazes* (2010), *Em Chamas* (2011), *A Esperança* (2011). As obras constituem-se pelo estilo histórico *Young Adult*, de gênero Romance Épico, tendo como subgênero a Distopia[4]. A história se estende no eixo de Katniss Everdeen, uma adolescente de 16 anos, habitante de um país ditatorial, em que doze distritos servem a uma Capital opressora. Todos os anos, como forma de lembrar dos conflitos do passado e da "mão pesada do Estado", o governo federal realiza um *reality show* televisivo em que dois adolescentes, entre 12 e 18 anos, de cada distrito, são enviados a uma arena para matarem uns aos outros; vence o único a sobreviver. A narração começa no dia em que Katniss se voluntaria para participar dessa sangrenta competição, chamada de "Jogos Vorazes", no lugar de sua irmã mais nova, que havia sido sorteada.

No decorrer da aventura, Katniss passa a ser a "garota propaganda" de uma rebelião das populações dos distritos contra a Capital. As sequências do primeiro livro tratam especialmente das temáticas do horror da guerra, da sede de poder e do espetáculo midiático. É possível dizer que o pano de fundo da trama é constituído por essa tríade, enquanto Katniss, uma jovem do distrito mais afastado da Capital, consegue, com o poder de suas ações, especialmente simbólicas, mobilizar um país inteiro em prol da própria libertação política. No final, as populações dos distritos derrubam o regime do ditador Snow e restauram a democracia em Panem – nome do país fictício, uma referência ao termo "pão e circo", do romano "panem et circenses".

As adaptações cinematográficas dessa trilogia vieram pelo estúdio da *Lionsgate*, distribuídas no Brasil pela *Paris Filmes*: *Jogos Vorazes* (2012), *Jogos Vorazes: Em Chamas* (2013), *Jogos Vorazes: A Esperança – Parte 1* (2014) e *Jogos Vorazes: A Esperança – O Final* (2015). Nesses filmes, a narrativa em primeira pessoa deu lugar à ubiquidade das cenas, e outros padrões técnicos e estéticos seguiram à risca a cartilha *Hollywoodiana*; incluindo a própria personagem principal, que no livro era descrita como uma indígena e foi substituída pela caracterização caucasiana de Jennifer Lawrence. O conjunto das obras, tanto as literárias quanto as cinematográficas, renderam bilhões de dólares em venda e bilheteria, além de inúmeros prêmios, especialmente de júri popular.

[4] Aqui, fundamentamos essa caracterização em Portella (1976).

Se por um lado, os livros sedimentam um universo disruptivo ao apresentar de forma escancarada uma temática política ao público jovem, os filmes atropelam as características transformadoras, expondo etnocentrismo e ofertando sentidos de restrição identitária, reafirmando narrativas hegemônicas de normatividade. Três frentes explicitam como os filmes convertem a subjetividade fantástica presente nos livros em uma objetividade estética da vilania. A primeira delas é a identidade visual gráfica do governo ditador e a arquitetura da Capital: ambas contemplam estéticas historicamente reconhecidas, dos mais variados regimes políticos socialistas/comunistas e nazistas/fascistas, misturando-as em um mesmo contexto. As longas faixas com o brasão da Capital, que lembra o uso na Alemanha nazista, e a própria paisagem arquitetônica no principal ponto da Capital, inspirado na Praça Vermelha de Moscou, são exemplos dessa costura estética.

A segunda frente, encontra-se no âmbito das identidades, quando os produtores decidem ilustrar a privilegiada população da Capital com tons de hiperfeminidade e androgenia, compondo visual de extremo exagero estilístico, em contraposição às configurações heterossexuais e proletárias dos distritos. Essa situação estética provoca uma dualidade, propondo a vilania no aspecto tradicional de obras da Disney (SANTOS, 2015), por exemplo, em que os personagens *queer* geralmente são vilões. Essa caracterização apresenta uma visão etnocêntrica, restritiva e heteronormativa, como observado por diversas outras análises encontradas em nossa pesquisa bibliográfica. Uma das grandes críticas de JV com essa construção estética é em relação ao consumismo, à frivolidade, com ênfase no espetáculo – tópico da terceira frente. Acontece que JV está num circuito comercial altamente rentável, em que centenas de produtos são vendidos, os atores se tornam celebridades e a violência é livremente comercializada; dando a ver que JV é uma crítica a si mesmo.

Essas frentes estéticas são exemplares na constituição de um final em que não há apenas a derrota de um regime ditatorial fantástico, mas esse regime é a própria concepção pitoresca de socialismo/comunismo que o mundo liberal oferta – ou seja, a ênfase está na vitória do liberalismo como solução e não propriamente da democracia. Apenas a liberdade tem seu espaço, enquanto a igualdade continua jogada à margem da narrativa. Essa mistura de sentidos provoca apropriações contraditórias nos sujeitos e também são sinais do tempo paradoxal em que vivemos. A imagem (temática central) da obra acaba

sendo um reflexo no qual o espetáculo midiático e a guerra são objetos de consumo e reafirmação de sentidos hegemônicos: justamente o papel que a série JV parece cumprir.

O processo comunicativo no contexto brasileiro

Para além das teorias funcionalistas da informação, entendemos que a comunicação entre os objetos midiáticos e os sujeitos estão sempre em processo, numa dinâmica produção multidimensional. JV prova-se uma obra complexa, num contexto de *obras abertas* (ECO, 1991) do período contemporâneo; envolve-se numa conjuntura econômica, política e cultural bastante heterogênea, com avanços de direitos sociais, mas com a volta do fascismo aos holofotes; e chega aos sujeitos, que ao contrário de meros receptores, vivem nessas mediações, se apropriam e produzem sentidos, dão continuidade ao processo comunicativo. Pesquisamos esse processo em específico justamente em uma das épocas mais turbulentas da política brasileira, em que escândalos de corrupção, impeachment presidencial e uma série de outros acontecimentos desestabilizavam os sentidos e as intersubjetividades.

Nossa investigação empírica com os sujeitos foi produzida a partir de três dimensões: "diálogos online", um conjunto de dados e lógicas de sentido produzidos em ambientes digitais delimitados[5]; um questionário online, que foi respondido por 94 sujeitos; e duas entrevistas em profundidade. Nesse corpus, procuramos abranger uma heterogeneidade de sujeitos, o que provocou uma frutífera articulação entre a teoria e os empíricos. Partimos da noção de que cada sujeito se apropria de JV de acordo com sua história de vida e sua relação prévia com os meios de comunicação. Essa riqueza individual posta em conflito com os meios gera experiências distintas. "Os sujeitos em comunicação, hoje, são seres sociais que vivem e experimentam suas práticas de sentido em contextos múltiplos, em diversas esferas (técnicas, semióticas, psíquicas, sociais) e em múltiplas dimensionalidades" (MALDONADO, 2013, p. 90). Isso se confirmou em nossa pesquisa de campo, quando descobrimos uma vasta pluralidade de sentidos e práticas sociais derivadas das relações dos sujeitos com JV. Foi possível enxergar as relações de poder implícitas e explícitas, e como as próprias concepções de saberes e

[5] Em nosso caso: 1) duas matérias do jornal Extra/Globo, 2) site da campanha oficial dos filmes, 3) o maior grupo de fãs de JV no Facebook "Jogos Vorazes 76ª Edição", 4) uma resenha em vídeo do canal "Literature-se", 5) e em textos no maior site brasileiro de fãs de JV.

verdades da trama postas em confluência com as lógicas sociais dominantes condizem com as apropriações dominantes entre os sujeitos.

Mas, antes de observações conclusivas, é necessário entender como esse ambiente comunicacional é produzido. Para entendermos isso, a obra sobre *mediações* de Martín-Barbero (2009) é essencial. O autor latino-americano pontua que "o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais" (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 216). Esse olhar articulador foi essencial para projetarmos nosso objeto de pesquisa. Procuramos entender desde o início quais eram as lógicas normativas e informais das várias etapas do processo comunicativo, e, além disso, nos dispomos a investigar o *clima de latência* que as permeavam – isso é, para Gumbrecht (2010), a confusão entre aquele clima que emerge após o esquecimento de um evento ou período histórico e os efeitos materiais desses. Como os eventos históricos não param de se suceder, diversas latências penetram e produzem o tecido social. Descobrem-se pistas de latências importantes a partir de disposições e de objetos (*Stimmung*, termo em alemão utilizado pelo autor), como a própria distopia tão popular nos dias de hoje, que dá a ver um clima de latência ligado ao medo constante de eventos apocalípticos – medo essencialmente da guerra.

Verificamos na história do Brasil, em consonância com toda a América Latina, a incoerência social provocada pelos conflitos não resolvidos. Do "descobrimento", passando pelo genocídio indígena, pela escravidão, pelas ditaduras, até os dias de hoje, o Brasil procura uma verdadeira independência sem valorizar o próprio patrimônio histórico e cultural. Essa visão fica clara a partir das abordagens de García Canclini (2008) e Galeano (2011). Mas, já numa tentativa de vincular nossa contextualização ao objeto de pesquisa, procuramos entender como o Brasil se relaciona com outros países. Ainda patrício, Portugal julgava ter a "vocação" de colonizar o Brasil (PAULO; SILVA, 2001). Depois do rito de independência (1822), o Brasil passou por um profundo processo de modernização europeizado, da industrialização à justiça, até o fim da II Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, quando o país se tornou um dos alvos estratégicos da política expansionista dos Estados Unidos. Muito das relações comerciais, culturais e políticas entre os dois países na atualidade se deve a uma progressão desse período. E os EUA parecem persistir no mesmo ideal da antiga Portugal, na vocação de influenciar constantemente as questões internas do Brasil.

Como mediação predominante deste período histórico está o modelo liberal proposto pelo poder transnacional do ocidente, a crença de que chegávamos ao "fim da história" (FUKUYAMA, 1992), provocadora de uma guinada importante no modo de vida da população brasileira, que passou a organizar a sociedade em função do consumo em detrimento de outras dimensões. "Através da relação com a Europa, nós, latino-americanos, aprendemos a ser cidadãos, enquanto os vínculos preferenciais com os Estados Unidos nos reduziram a consumidores" (GARCÍA CANCLINI, 2010, p. 13). Essa relação funda nos EUA o singular interesse no Brasil como um mercado. Nesse sentido, tornou-se prática usual a intervenção direta nas práticas políticas brasileiras no sentido de deter a construção de um projeto independente. Na pesquisa, levantamos diversos fatos históricos que apontam nesta direção, como a ditadura militar (1964-1985), as interferências no programa aeroespacial nacional, nos planos da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), nas espionagens industriais e políticas reveladas recentemente por Edward Snowden e no interesse nas matérias-primas como o petróleo. Essa relação nos propõe um problema semântico que pode ser resolvido com simplicidade: vive-se um *clima de guerra*.

Guerra: da geopolítica ao corpo

Para Clausewitz (1996, p. 7), a guerra é "um duelo em uma escala mais vasta", e ela é "um ato de violência destinada a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade". Existem diversos meios de se vencer uma guerra, mas o melhor de todos é explicado por Sun Tzu (2014, p. 33; 35):

> Os grandes generais vencem descobrindo todos os artifícios do inimigo, sabotando-lhes os projetos, semeando a discórdia entre seus partidários, mantendo-o sempre acossado, interceptando reforços estrangeiros, e impedindo-o de tomar qualquer decisão mais vantajosa para ele. [...] Ataca a estratégia do adversário na raiz. [...] Um hábil general jamais se encontrará reduzido a tais extremos. Ele conhece a arte de humilhar os seus inimigos sem travar batalhas. Sem derramar uma gota de sangue, sem mesmo desembainhar a espada, consegue tomar as cidades. Sem colocar os pés em reinos estrangeiros, descobre o meio de conquistá-los.

No Brasil, os eventos recentes têm deixado claro como os "generais" estadunidenses têm sido eficientes. As relações entre os escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava Jato da Polícia Federal, o impeachment de Dilma Rousseff,

as políticas e as reformas projetadas subsequentemente por um informante do governo dos EUA que se tornou presidente, Michel Temer[6] – e como resultado exemplar mais concreto, a investida de José Serra para aprovar a exploração privada dos campos petrolíferos do Pré-Sal –, e as políticas expansionistas estadunidenses são cristalinas. Essa guerra, no entanto, tem uma dimensão que excede esses dois países, é global. Trata-se de uma guerra entre capitalismo e outros modelos. Em entrevista, o ex-vice-presidente da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, Willy Wimmer, explica que desde 1999 os EUA têm implementado uma política de ofensiva global, e que tem gerado graves violações aos direitos internacionais e tragédias nos países em que intervêm.

> É evidente que os Estados Unidos pretendem redesenhar o mundo ao sul da Europa Ocidental e da Federação Russa. É por isso que nós estamos vendo uma sucessão de guerras e conflitos que vão desde o Afeganistão, Iraque e Síria para a costa do Mediterrâneo e do Mali. Os Estados Unidos estão envolvidos em todas essas regiões, onde produzem guerras e contribuem para agravar a miséria do seu povo e da destruição de suas civilizações[7] (tradução nossa).

Há uma nova reordenação em curso, em que os principais *players* (EUA, Rússia e China) travam batalhas com múltiplas finalidades que resultam num novo capítulo da mesma história da humanidade de sempre. Guerra esta que está longe envolver apenas conflitos armados, mas os bens econômicos, políticos, simbólicos, comunicativos, estéticos, entre inúmeros outros. A guerra está tão distante de nós quanto o continente asiático, mas tão internalizado quanto os órgãos do nosso próprio corpo, e assim ela reformula dinamicamente as percepções de mundo dos sujeitos. “Tudo se passa como se, nesse conjunto de imagens que chamo universo, nada se pudesse produzir de realmente novo a não ser por intermédio de certas imagens particulares, cujo modelo me é fornecido por meu corpo” (BERGSON, 1999, p. 12). O que é esse corpo do sujeito ao longo dessa história? No desenvolvimento cultural do ocidente, produziu-se um corpo altamente regulado pela doutrina cristã. Foucault (2006) investiga na história, como os padrões comportamentais e a cultura do matrimônio e do sexo, tem a ver com a construção burguesa no Império Romano, que se estende como modelo até os dias de hoje. Na

[6] WIKILEAKS diz que Michel Temer atuou como informante dos EUA. São Paulo, Folha de São Paulo, 13 mai. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1771016-wikileaks-diz-que-michel-temer-atuou-como-informante-dos-eua.shtml>. Acesso em: 21 jun. 2017.
[7] NOS empujan a la guerra”. Entrevista com Willy Wimmer. Voltairnet.org. [S.I.], 31 out. 2016. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article193920.html>. Acesso em: 22 jun. 2017.

perspectiva cristã, o corpo não pertence inteiramente ao sujeito, ele é um atributo que deve ser usado para os princípios de Deus, e tem que ser objeto de disciplina constante; "ele é, em suma, examinado para sabermos que coisas indecentes se preparam e se produzem nele" (FOUCAULT, 2006, p. 32). O corpo regulado é uma arma de guerra, e como nós vimos, é central em JV.

Cidadania como estratégia de independência

Com a regulação do corpo, a ocupação quase integral do consumo e todas as outras questões que forçam uma neocolonização pelas elites domésticas e forças estrangeiras no Brasil e na América Latina, estamos, de fato, cercados de todos os lados. Mas, alguns períodos históricos, em alguns lugares específicos, nos mostram como a vitória da libertação social, política e comunicativa é possível. Nesse sentido, destacamos uma experiência histórica para contribuir em nossa reflexão sobre a importância fundamental da cidadania: o Vietnã, da colonização francesa à "queda de Saigon".

Na II Guerra Mundial, os franceses, até então patrícios do Vietnã, foram obrigados a retirar suas tropas do país oriental para defender a própria nação das agressões do Eixo. Com isso, abriu-se um espaço que foi ocupado pelas tropas japonesas, como um contragolpe e avanço do Eixo no sudeste asiático. Ao fim da guerra, com a debilitação do exército japonês, explica o general vietnamita Nguyên Giáp (1971), a população lutou e conseguiu tomar o poder na capital, Hanói, e ao longo de quase todo o território nacional. Porém, em setembro daquele mesmo ano, 1945, a França retornou com seu exército para retomar a colônia, mas desta vez a população local decidiu revidar. "Esse dia começou uma guerra de libertação nacional que durou nove anos com heroísmo inusitado e em meio a dificuldades inimagináveis, e que finalizou com a vitória de nosso povo e a severa derrota dos agressores" (GIÁP, 1971, p. 21, tradução nossa). Depois disso, porém, quando o entusiasmo da vitória ainda estava presente, o exército chinês invadiu o território do Vietnã pelo norte e o inglês pelo sul. A aposta de ambos era tumultuar a nação, apoiar os setores mais reacionários da burguesia e promover distúrbios políticos, ocupar cidades, para derrubar o poder popular. "Jamais houve tantas tropas estrangeiras no solo do Vietnã. Mas nunca o povo vietnamita havia estado tão decidido a lutar" (GIÁP, 1971, p. 22).

O livro de Nguyên Giáp foi escrito ainda numa fase anterior a famosa Guerra do Vietnã (1955-1975), na invasão dos EUA, mas já contém os elementos, as informações e a filosofia de guerra vietnamitas. Os escritos de Giáp eram praticamente o presságio do

resultado final da guerra que viria, com a vitória vietnamita e a retirada do exército estadunidense e aliados. Mas como o Vietnã venceu tantas guerras contra adversários tão poderosos? Tanto a China, quanto a França, como os EUA não conseguiram dobrar o Vietnã por um único elemento potencialmente energizado, que foi capaz de resistir a toda colonização e imperialismo possíveis: a cidadania.

"Em 1953 o partido e o governo decidiram realizar a reforma agrária para liberar as forças de produção e dar um impulso mais vigoroso à resistência" (GIÁP, 1971, p. 29). *O reconhecimento de que os direitos dos cidadãos são prioridade, foi a principal estratégia de guerra*. Não havia outra maneira de destruir exércitos muito mais preparados tecnicamente, tecnologicamente e financeiramente. O controle do vasto território por parte dos camponeses foi essencial para provocar uma dispersão dos exércitos inimigos, facilitando a armada popular a atacar nos terrenos conhecidos, com um número de combatentes necessário. A cidadania, entretanto, não só foi um instrumento para a vitória, mas o seu fim:

> A guerra de libertação do povo vietnamita era uma guerra justa, que tinha como objetivos reconquistar a independência e a unidade da pátria, dar e assegurar aos camponeses o direito à terra e defender as conquistas da Revolução de Agosto. Para isso, foi antes de tudo uma *guerra do povo*. Uma questão decisiva foi educar, mobilizar, organizar e armar a todo o povo para participar na resistência (GIÁP, 1971, p. 34, grifos do autor)

A cidadania começa quando há um esforço para gerar igualdade entre os sujeitos de uma mesma sociedade. A igualdade em termos de oportunidades sociais, econômicas e políticas, no reconhecimento e nas relações de pertencimento. O início disso tudo se dá no espaço público, que para Cortina (2005, p. 19), "sua promoção assegura uma certa economia comum, que incide em uma distribuição mais justa da riqueza". Sabe-se que em uma sociedade de economia de mercado, a riqueza financeira tem adquirido uma proporcionalidade com relação ao acesso às oportunidades supracitadas. Um dos exemplos mais claros no Brasil diz respeito à deficiência do acesso à saúde: mesmo que no papel ela seja "universal", através do Sistema Único de Saúde (SUS), só a segurança financeira *garante* com que os sujeitos tenham acesso a um atendimento qualificado, na rede privada de saúde. O dinheiro tem dividido os sujeitos entre os que têm acesso à saúde de qualidade e aqueles que sofrem com a vulnerabilidade social. A riqueza só se dissolve

quando o espaço público é a dimensão protagonista, porque apenas este é universal. A riqueza em si, portanto, não traz cidadania, mas produz outras lógicas de exclusão e promove um de seus opositores, o individualismo.

A civilidade, uma fase "pré-cidadã" do sujeito (a cidadania é a razão de ser da civilidade), como aponta Cortina, só existe quando há "uma sintonia entre os dois atores sociais que entram em jogo, entre a sociedade correspondente e cada um de seus membros" (CORTINA, 2005, p. 20). Ou seja, os sujeitos precisam ter o sentimento de pertença àquela sociedade. Quando ele tiver esse sentimento de que a sociedade se preocupa com ele, virá, como consequência, "a convicção de que vale a pena trabalhar para mantê-la e melhorá-la" (CORTINA, 2005, p. 20). Forma-se assim um sistema social de "reconhecimento" e "adesão"; precisamente o que aconteceu no Vietnã.

Outro ingrediente para a produção da cidadania é a justiça. "A racionalidade da justiça e o sentimento de pertença a uma comunidade concreta têm de andar juntos, se desejamos assegurar cidadãos plenos e, ao mesmo tempo, uma democracia sustentável" (CORTINA, 2005, p. 27). A cidadania não viria a reboque de projetos "capital-individualistas", mas para o próprio fortalecimento do espaço público, uma democracia que Cortina descreve como "pós-liberal". "A cidadania é primordialmente uma relação política entre um indivíduo e uma comunidade política, em virtude da qual o indivíduo é membro de pleno direito dessa comunidade e a ela deve lealdade permanente" (CORTINA, 2005, p. 31).

O papel da cidadania comunicativa

Nesse contexto, dada a sua importância no século XXI, o âmbito comunicativo é um dos primeiros que deveriam se atualizar para uma lógica cidadã. Para Maldonado (2012, p. 25), trata-se de "produzir estratégias e táticas de comunicação que possibilitem processos e estruturações enriquecedoras da diversidade cultural, da vida comunitária, dos ecossistemas e dos modos de vida pós-capitalistas". Essa perspectiva reconhece que uma das principais realizações da cidadania comunicativa é a quebra com a "concepção unidimensional que só reconhece os sistemas midiáticos comerciais, capitalistas, como a melhor possibilidade de estruturação e realização social comunicativa" (MALDONADO, 2012, p. 25).

> A problematização que nos ocupa, vincula cultura midiatizada à cidadania porque considera crucial para as transformações sociais necessárias à construção de pensamento forte, teorias, que expliquem, interpretem, questionem e critiquem os modos de existência contemporâneos que têm gerado situações de conservadorismo (ritualização repetitiva dos usos e consumos) na vida cultural, privilegiando determinados formatos, modelos, gêneros, estratégias e costumes e, simultaneamente, restringindo as possibilidades de livre fluxo e produção da cultura simbólica múltipla criada por etnias, regiões, classes sociais, grupos artísticos, redes produtivas, núcleos alternativos, pequenos e médios empresários e setores populares (MALDONADO, 2012, p. 26, grifos do autor).

As estruturas midiáticas formadas pelos governos e demais grupos no poder na América Latina, numa perspectiva histórica que se soma às recentes ditaduras projetadas com os EUA, segundo Maldonado (2012, p. 27, grifo do autor), "mantiveram uma *ordem jurídica midiática* excludente que favoreceu as oligarquias". Isso significa que as mídias, em especial aquelas pertencentes a grandes grupos empresariais, historicamente têm restringido a participação política, a justiça e o reconhecimento dos sujeitos. No âmbito cinematográfico, apenas uma indústria, *Hollywood*, ocupa a maioria dos espaços de projeção cinematográfica no Brasil. *Jogos Vorazes: A Esperança – Parte 1*, por exemplo, ocupou quase a metade do total de salas existente. Essa perpetuação acaba "viciando" os sujeitos com apenas uma linguagem, uma cultura. É interessante apenas para a lógica comercial e publicitária da repetição e homogeneização dos produtos.

Essa ordem midiática conduz à anulação da cidadania dos sujeitos ao interferir em sua formação plural, ao bloquear novas perspectivas políticas e rasurar possibilidades de alteridade e interculturalidade. O conceito de cidadania comunicativa acaba sendo, dentro e fora disso, ao mesmo tempo, um questionamento e uma proposição. Põe em dúvida todo esse sistema e propõe sua desestabilização. Nesse sentido, perguntamos: JV fornece elementos questionadores e propositivos ou está ligada a estabilização neoliberal? As condições que atravessam o processo comunicativo já se provam aqui extremamente "anti-cidadãs", pelas políticas nos mais variados níveis do Brasil e da América Latina, suas configurações históricas latentes e as estruturas midiáticas envolvidas. Mas, como nos lembra Martín-Barbero (2009, p. 114) "nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão [...] e que nem tudo que vem 'de cima' são valores da classe dominante, pois há coisas que, vindo de lá, respondem a outras lógicas que não são as da dominação".

Ao contrário de sistematizar um conhecimento aberto de resistência popular, da necessidade da cidadania e do planejamento social, *Jogos Vorazes* aposta na ideia da personalidade salvadora. Esse culto ao personagem já se mostrou nada saudável ao longo da história. Sempre que há uma mitologia intencional, como o caso de Ho Chi Minh no Vietnã atual, serve apenas para dominar e subjugar o povo a um regime. Nenhuma pessoa é sólida ou plural a ponto de cobrir toda a potencialidade humana, apenas um projeto comunitário pode dar conta de uma verdadeira revolução cidadã. Essa transformação, inclusive, não pode partir daqueles que hoje dominam, mas daqueles que são oprimidos; não com vistas a gerar novas opressões, mas para igualar as condições para que todos possam ter direito à justiça e à inclusão social – à cidadania.

A obra *Jogos Vorazes* numa perspectiva cidadã de verdade seria a exposição do que realmente são os Jogos Vorazes do século XXI: dos programas de TV que exibem com vigor e até orgulho o genocídio diário de jovens negros e de classes populares, fruto da violência generalizada e da truculência policial, provocada especialmente por uma política hipócrita de combate às drogas, que mantém refém todo o continente latino-americano; das transmissões em tempo real da TV Israelense e de outros países sobre um conflito que não cessa, com o roubo de territórios e o genocídio do povo palestino; da população síria e de outros países do Oriente Médio que não podem mais fazer nada se não apenas tentar sobreviver em meio às bombas ou se lançar na incerteza da migração, sujeitos a doenças, violências e à própria morte nos mares ou desertos em busca de um lugar na Europa; e dos muitos conflitos nacionais e regionais infinitos na África central. Todos esses jogos estão sob constante vigilância e aceitação da "Capital", ou seja, dos países de "primeiro mundo", dos comitês da Organização das Nações Unidas, e de outros *players* importantes neste contexto de guerra.

O que é possível fazer, então, com JV e como poderíamos construir uma comunicação alternativa, uma comunicação para a cidadania como estratégia para sair dessa guerra? Se por um lado, propor/questionar sobre novos modelos comunicativos a *Hollywood* pareça uma alternativa distante, educar nossos sujeitos comunicantes para este contexto, num sentido Freiriano de libertação, é uma solução completamente viável. O letramento nas perspectivas de direitos humanos, economia, política e etc. provocaria nas populações a tendência ao confronto epistêmico das obras, gerando problematizações mais aprofundadas sobre o processo comunicativo estabelecido. Junto com isso, outras inúmeras alternativas para produção comunicativa nacional, regional e local, pelos

sujeitos brasileiros teriam que entrar em prática, criando um circuito de inclusão e reconhecimento, em que novas estéticas sejam criadas e aderidas.

Em um mundo em que os sistemas comunicativos funcionam como *commodities*, a transformação social e a independência só virão quando nos tornarmos cidadãos, e não continuarmos a ser meros consumidores. E será apenas a partir de uma verdadeira independência dos sistemas opressores, que nós conheceremos as verdadeiras potencialidades da comunicação humana.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. Tradução de Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ECO, Umberto. **Obra aberta**. Tradução de Giovanni Cutolo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

EISENSTEIN, Sergei. **O sentido do filme**. Tradução de Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Ditos e Escritos V**: Ética, Sexualidade, Política. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Tradução de Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

_____. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2013.

GIÁP, Võ Nguyên. **Guerra del pueblo, ejército del pueblo**. Ciudad de México: Serie Popular Era, 1971.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Uma rápida emergência do "clima de latência". Tradução de Pedro Telles da Silveira. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 303-317, 2010.

MALDONADO, Alberto Efendy. A transmetodologia no contexto latino-americano. In: _____. et al. (Orgs). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul: Unidavi, 2012.

_____. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: _____.; BONIN, J. A.; ROSÁRIO, N. **Perspectivas metodológicas em comunicação**: novos desafios na prática investigativa. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

PIRES, Julherme José. **A dimensão política do processo comunicativo**: uma análise cidadã de Jogos Vorazes. 2016. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) — Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2016.

PORTELLA, Eduardo (Org.). **Teoria Literária**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1976.

SANTOS, Caynnã de Camargo. **O vilão desviante**: Ideologia e Heteronormatividade em Filmes de Animação Longa-Metragem dos Estúdios Disney. 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) — Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2015.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. Tradução de Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2014.